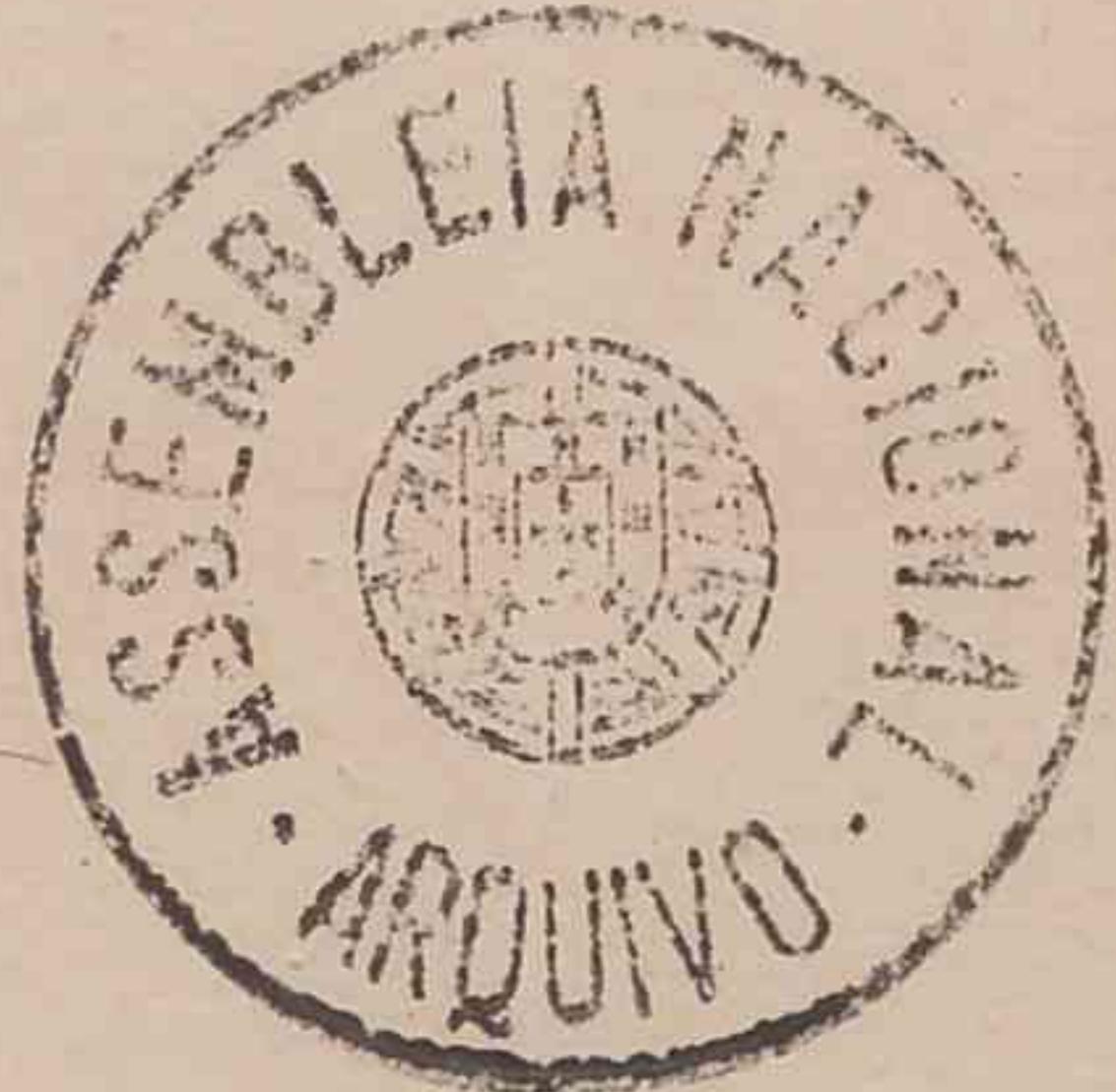


Senhor.

195
Cx 12

Mat. competêc. 2º. 25 de Março de 1832.



D. Apolinário Vieira, que pelo requerimento junto,
e pelos Documentos nelle mencionados, Representou á S.
M. as suas circunstâncias, e em consequencia foi o
mesmo Real S.^r Serviço mandar expedir Aviso á Junta
d' Administração do Tabaco p^r consultas sobre os dois
Empregos, um de Guarda-Mor da Repartição do Jardim
do Tabaco, e outro de Escrivão do Cargo do disto d' da Mor,
para o Supr. ser Empregado de Propriedade em um
deles; e isto por se acharem Vagos, e a Concurso pelo
Comitê de Estado desde 7 de Janeiro, ate 7 de Fevereiro
do corrente anno de 1822; e com effito estando os papéis do
Supr. prontos p^r competentes Repartícias para se lhe
consultar, não praticou assim aquella Junta anuindo
á determinação deste Soberano Congresso em 20 de Fevereiro
próximo passado, dirigida p^r Comitê d' Estado á quella
dita Junta em 23 de dito mês, em que determina se não
consultem, nem provijão Offícios que de hora em diante
vngam, Salvo em caso de absoluta necessidade, e por
Isso se lhe deferiu assim - Guarda-se em virtude das ultimas
Ordens -

Por tanto o Supr. expõem de novamente a
este Soberano Congresso, que desde Agosto do anno pas-
sado, que está à espera de ser defrido.

Que além de ter sido útil á sua Pátria p^r
diferentes modos q^r mostra por Documentos Autênticos,
parece de bastante attenção, q^r o respeito do Supr. pra-
ticou o Governador, e Cap^m General do Maranhão D. Fran-
co de Melo. Manoel da Câmara animado do seu Dispotismo,
em quanto propôz p^r o Posto do Supr. a outro Indivíduo
achando se o mesmo Supr. em Tribuna com Licença Re-
gia, mas impossibilidade de poder voltar á quella Pro-
víncia, por causa do intruso governo dos Franceses, q^r
então se achava nessa Capital. O Supr. pois, não
tinha Comitido Crime algum para q^r q^r fosse tratado

p^rorg.

porque os seus Documentos o abonão sufficientem.^{te}

Que, como naquella tempo o Supr^o. viu a sua Patria segunda vez ameaçada pelos Franceses, apesar daquella sua graduação, correu pronto ás Armas, alistando-se voluntariam^{te}, em Soldado de Milícias, eo resultado foi perder a sua Saude, e dissipar os seus únicos Recursos.

Que também, apesar de não ter suficientes meios não se negou a concorrer para as urgências do Estado; e assim operou por duas vezes, nas diferentes ocasiões que as circunstâncias o exigiram.

Agora ~~ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA~~ por que se encontra nas tristes circumstanças de não ter meios conguientemente suprir-se, ea sua Família

A este Soverano Congresso
lhe faça abraça de mandar com urgência, que aquella Junta da Administração do Tabaco, Consulte como parecer, imediatam^{te} o Requerimento do Supr^o, acrescito do d^r Empírgo; ou alias dividir-lhe como for justo.

Lisboa 28 de Março de 1822.

Apollinario Vieira

E P e R

Senhor.

Dix Apollinario Viira, que elle representou a Nossa
Mag. em 9 de Agosto de 1821, que na Capitania de S.
Luis do Maranhão, serviu a V. Mag.; 1º em Soldado de
Infantaria das Milícias; 2º em Soldado da Cavalaria
Francesa; 3º em Quartel N.º daquelle Regimento de Mi-
lícias, por Patente Confirmada por V. Mag., Documento N.º 1;
e fez d'Officio N.º 2, extrahida do L.º do Registo Geral do
memor Regimento; e 4º em Soldado de Milícias nesta Cid.
de Lisboa, e q̄ no dito Posto de Quartel N.º, e mesmo nos
de Soldado de Arma, e contra Arma, foi sempre prom-
to, e exacto no cumprimento de suas obrigações, comportan-
do-se com brio, e onrados procedimentos, e sem nota al-
guma, o que tudo comprova com os Attestados dos seus
proprios Superiores, e de outras pessoas de graduação.
Documentos N.º 2, ab.

Que sendo Negociante da quella Praia do Ma-
ranhão, Matriculado pela Real Junta do Comercio, se-
gundo a Regia Provisão q̄ juntou. Documento N.º 7; e
mostrou também, por Attestação da quella respectiva
Alfandega não ter extorquido os Bens Direitos, e que
dos mesmos nenhuma ficou devendo à Real Fazenda, nem
mesmo desfiamas por outros. Documento N.º 8.

Que o Supr. se passou a esta Capital com
Licença de V. Mag. por tempo de um anno para
liquidar contas com os Seus Comerciantes; a qual fin-
dando, foi V. Mag. devido mandar-lha prorrogar q̄
mais outro anno. Documentos N.º 9 ab.

Que estando o Supr. proximo a partir para
a quella Província, sucedeu entrar nesta Capital o
intrigo governo dos Franceses, e por isso ficou impossibi-
lizado de poder seguir a sua Viagem, durante o q̄ o
Governador, e Cap. General daquelle Estado D. Francis-
co de Melo Manoel da Câmara, passou apropósito a
V. Mag. para o Posto do Supr., a Luis Pereira de
Macedo

der Macedo, sem outro motivo, mais do que perfundisse a quelle dito General, q̄ o Sup̄. tivese sido vítima dos Franceses; por cujos motivos, e pelos de não haver naquelle tempo navegação para os Dominios Portugueses, o Sup̄. não podia afrontar-se, nem procurar Regias Províncias; e pelo vixame de se ver banido do seu dito Posto, e mesmo de meios para ir a Corte do Rio de Janeiro representar este acontecimento a V. Mag^{de}, não ter animo de voltar á quella sua Pácia, mas não obstante:

Como o Sup̄. via segunda vez a sua Amada Pátria ameaçada pelos perfidos Franceses, corre logo os Armas alistando-se voluntariamente a Sold.º de Milícias de Lisboa Ocidental, como assim disse mesmo aperce de ter agraduação de Lisboa, por Patente Confirmada por V. Mag^{de}; em cujo activo Serviço alcançou a Vinda da sua Saude, como mostrou pelos Documentos N° 11, 12, e 13, q̄ também juntou; assim como o total deterioramento da sua Caza; e por isso foi dispensado de Servir a V. Mag^{de} por Avizo do General das Armas da Corte e Província da Estremadura D. António Soares de Neiva. Documento N° 14.

Que o Sup̄. nunca se negou a concorrer para o bem da sua Pátria; porque aperce de suas temidas possibilidades, concurro com oq̄ lhe foi possível por duas vezes para as Arquimias do Estado; a 1^a em 1804 na Província do Maranhão, e a 2^a em 1808 nesta Capital para as despesas da guerra. Documentos N° 15 e 16.

E que finalmente se acha nas circunstâncias de não ter meios para poder subsistir o Sup̄. Sua Mulher, e quatro Filhos menores, ficando de todo arruinada a sua Caza, desde a invação dos Franceses; pois que todos os seus Recursos se dissiparam

piáro em variáveis de molestias resultadas do activo Serviço, e de outros transtornos que sofre no seu pri-
mo giro para o Brasil.

Como porém o Supr. se vise em tal desgra-
ça recorre a V. Mag. de pedindo a Propriedade de um
Offício de Escrivão da Meia Grande da Alfandega
Grande, ou da Caza da India, ou outro qualquer
que seja capaz do Supr. poder Subsistir, e sua Fami-
lia.

Foi V. Mag. de Sorrido mandar expedir Real
Decreto ao Conselho da Fazenda &c. Consultado em 11 de
Agosto de 1821; cujo Tribunal deferiu ao Supr. = Reg.
quando ouvir Comprido Pago. = como este até a
gora se não tem verificado.

P. W. Mag. de como Pai dos Pobres,
espor puros Effitos de Sua Real Be-
ficiencia, he fia a Merê da Propri-
edade do Offício de Guarda Mór da
Repartição do Jardim do Tabaco, ou
de Escrivão do Corgo de d. f. da Mór; pois
se considera Habil p. qualq. Emprego;
em memo prq o Supr. se acha das
circunstâncias de merecer qualq. Graça
que V. Mag. de ouvir por bem de he
Conceder, visto não ter outro Emprego,
nem off. com que possa suprir a sua
infeliz família, como reverentemente
expõem.

Lisboa 31 de Janr. d'1822.

Apollinario Vieira

E R. H.

195
CX12



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR